

R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. IV | Nº 59 - OUTUBRO 2025



MEU ADORÁVEL IMBECIL

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Designer de capa
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Danielly Jesus
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentocidadania.com



[Vaquinha online](#)



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



[@conhecimentocidadania](#)



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento &
Cidadania
Vol. IV – Nº 59
Outubro de 2025
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotfy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

Financiamento coletivo

Precisamos de você, leitor

Nosso esforço central é despertar as pessoas, com textos que estimulam a reflexão, aguçam a vontade de adquirir mais conhecimento e naturalmente enxergar a verdade.

Um mundo melhor é o que queremos, mas para que isso aconteça precisamos despertar, fazer a nossa parte, assim buscamos resgatar a cidadania através de conteúdo.

Sua doação permitirá:

- Manter a plataforma do site;
- Manter a revista digital gratuita;
- Edições de vídeos mais profissionais;

[Clique aqui](https://www.vakinha.com.br/4961006) e faça sua doação e também ajude compartilhando o link: **<https://www.vakinha.com.br/4961006>**.

Caso não queira se cadastrar na plataforma da Vakinha online, doe qualquer valor para a Chave PIX: **28.814.886/0001-26**.

Agradecemos seu apoio,

Editorial

Meu adorável imbecil



O filme chamado *Os Suspeitos* (*The Usual Suspects*), lançado em 1995, apresenta uma trama contada por uma perspectiva diferente da usual, de forma que toda a narrativa é construída com base nos depoimentos do personagem Roger “Verbal” Kint, um golpista deficiente interpretado por Kevin Spacey, sobrevivente de uma ação criminosa que eliminou a tripulação de uma embarcação, apresentada ao espectador na forma de flashbacks. Verbal é tratado como um criminoso de menor importância, contratado para uma empreitada pelo perigoso Keyser Soze, responsável pelos assassinatos.

Durante o interrogatório o personagem Verbal se coloca como uma figura frágil, descrevendo os eventos, entretanto, apresenta Keyser Soze como um ser quase místico, um assassino cuja existência é quase fantasmagórica, sendo, por vezes, até questionada. O temido vilão elimina gradualmente seus alvos e acaba deixando Verbal sobreviver por considerá-lo insignificante.

Segundo a versão do interrogado, sua vida não foi poupada por um motivo especial, mas por ser alguém que não poderia se opor ao terrível Soze e poderia testemunhar acerca de seus feitos, logo, Verbal teria a função de promover a fama do vilão, fazendo com que o temor alcance até mesmo aqueles que duvidam de sua existência.

Verbal utiliza informações para ludibriar o investigador, algo que só é percebido quando seu depoimento termina e ele é dispensado, uma vez que, sem a atenção focada na narrativa, o agente consegue perceber que algumas das coisas ditas por Verbal foram extraídas de objetos que se

Leandro Costa

encontravam na sala. Na cena final, o suposto criminoso deficiente segue caminhando de forma debilitada e vai corrigindo sua postura à medida que se afasta do departamento de polícia, revelando-se com o verdadeiro Keyser Soze.

O criminoso desejava que sua fama se espalhasse sem ter de expor sua verdadeira identidade, logo, Soze seria temido e desconhecido, não sendo um alvo fácil para seus inimigos e policiais, tornando-se uma verdadeira sombra.

Ao usar palavras capturadas na sala de interrogatório, o vilão não se limita a esconder sua identidade, mas faz pouco caso do interrogante, sabendo que o investigador estava focado em sua narrativa, ele chega a brincar com o risco de ser identificado para se provar intelectualmente superior ao seu interlocutor, como se fosse um prêmio a mais em razão de tamanha ousadia.

Não se trata da incapacidade de Soze em construir uma boa narrativa, pois seus objetivos acabam sendo bem pontuados, contudo, tal figura debocha do perigo para se projetar como ainda mais audaz. O quê o vilão se propõe ao construir uma versão tão frágil é, justamente, provar que domina o embate entre interrogado e investigador, haja vista que, o suposto deboche, dá a ele uma ampla vantagem sobre o rival, salientando o seu domínio como um adversário que pode se dar ao luxo de desdenhar do rival.

O toque de bola sem propósito direto com o fim de tripudiar do time adversário, o chamado “olé”, assim como um pugilista que dança no ringe após perceber que o rival está enfraquecido, são estratégias que podem mexer com a confiança do oponente ou deixando evidente que não há chances em caso de um confronto.

Outra forma de desdém é conceder uma clara vantagem ao adversário, insinuando que será possível superá-lo mesmo quando há assimetria de regras e, caso aquele que iniciou em desvantagem acabe vencendo o confronto, restará sagrado como superior, evitando que ocorra uma revanche ou novos desafiantes se habilitem a enfrentá-lo.

No campo da narrativa, por muito tempo, a mídia mainstream não tinha com o que se preocupar, pois, como Verbal na sala de depoimento, sabia que não havia como os receptores de sua mensagem pudessem confrontar suas versões em relação aos fatos. Não havia problema para as redações de jornais, documentários e outras obras pudessem propagar suas visões de mundo sem quaisquer resistências, pois se comportavam como verdadeiros cartéis da informação, distorcendo informações e inserindo mensagens de acordo com suas agendas na dramaturgia, por mais que fossem flagrantemente dissonantes das versões originais.

Mantendo a massa relegada à ignorância, os senhores da informação puderam mentir descaradamente sem maiores consequências, considerando o fato de que suas versões não eram confrontadas. A imprensa tradicional se acostumou a manipular as informações e, cada vez mais, perdia o

Leandro Costa

pudor em apresentar narrativas mentirosas, posto que, deixou de tentar convencer os destinatários de sua mensagem através de um teatro bem elaborado para, simplesmente, apresentar qualquer versão, por mais esdrúxula que fosse a sua fábula, como a única válida.

O aquecimento global, atualmente rebatizado como mudanças climáticas, era uma dessas “verdades” mimetizadas, sendo tratada como uma premissa incontestada, o que lhe conferiu o status de descoberta científica, impondo a seus opositores, ou mesmo questionadores, a pecha de negacionistas ou teóricos da conspiração, sem, contudo, fossem apresentados argumentos ou provas que pudessem afastar as objeções às políticas de enfrentamento ao fenômeno nunca comprovado.

A mentira a respeito do alegado aquecimento global deveria restar evidente quando um dos maiores ativistas das medidas que se propunham a frear tal fenômeno decidiu adquirir uma bela mansão no litoral da Califórnia, não se importando com a elevação dos níveis dos oceanos que ele mesmo alardeava, entretanto, alguns insistiam, desistindo da lógica, em ignorar tal fato. Quando não se tornou impossível sustentar a narrativa, diante de eventos climáticos que indicavam no sentido oposto, como temporadas de temperaturas extremamente baixas, além da comprovação da farsa do buraco na camada de ozônio, a narrativa de aquecimento global foi convolada em mudanças climáticas, apenas para que ficasse de pé quando nitidamente desmontada.

Talvez, nem o fictício personagem Keyser Soze tivesse tanta ousadia em sustentar sua mentira, haja vista que, os ativistas apenas deram outro nome a sua falsa causa e começaram a procurar outros alvos, alegando que a criação de bovinos contribuía para as mudanças climáticas e que mais políticas deveriam ser adotadas para que o mundo fosse salvo da ameaça que eles inventavam. Evidente que muitos políticos e autoridades análogas aproveitaram a oportunidade de se promover e adquirirem mais poderes abraçando o discurso, podendo impor medidas cada vez mais autoritárias sem que sua tirania fosse questionada, afinal, eles estavam apenas salvando o mundo da humanidade, como quem salva a democracia do povo.

A pandemia da virada da década foi outro experimento curioso, pois deu a oportunidade aos tiranos para testar até que ponto podiam avançar sobre as massas e a capacidade dos indivíduos de questionar tais medidas. O pânico foi usado para que o grau de percepção das pessoas fosse reduzido e a desinformação serviu, não só para elevar o estado de pavor, mas para justificar medidas autoritárias inaceitáveis aos que ainda mantinham seus cérebros em funcionamento.

Isolamento de gondolas de supermercados, proibição de caminhadas na orla e reuniões de família eram tratadas com naturalidade e aqueles que se recusavam a aceitar, sem uma justificativa plausível, tais arbitrariedades, eram tratados como criminosos ao passo que os coletivos lotados, as redações de jornais, os locais de votação funcionaram normalmente. Não era preciso convencer os cidadãos que tais medidas

Leandro Costa

tinham eficácia real, mas apenas declarar que as autoridades assim queriam para que todos tivessem de cumprir as regras mais absurdas. Até o toque de recolher com base em horários foi imposto, como se o vírus fosse uma criatura noturna, sem qualquer constrangimento por parte das autoridades ou indagações por grande parte da população.

Os indivíduos foram reduzidos a animais que seguiam o toque do berrante sem saber para qual direção eram levados, abrindo mão de qualquer sendo de lógica e assumindo que suas vidas estavam nas mãos de seus governantes como se fossem personagens em jogos de simulação de cidades. Honestamente, talvez os tais jogos não sejam tão fáceis de controlar os cidadãos.

As medidas autoritárias nunca foram objeto de questionamento, pois, em conluio a mídia e as plataformas de redes sociais censuraram qualquer um que ousasse falar contra os abusos, buscar as justificativas ou sugerir alternativas. A mesma regra foi aplicada ao tratamento por medicamentos já existentes, criando narrativas contra a sua administração e até perseguição aos profissionais de saúde que os indicavam, todavia, a política dos respiradores e hospitais de campanha, alguns sequer foram disponibilizados, foram defendidas como únicas repostas plausíveis à crise.

Por fim, tivemos a impossibilidade investigar a origem do vírus, que posteriormente se confirmou como sendo uma das suspeitas iniciais, sendo um vazamento ocorrido em um laboratório chinês, todavia, ainda paira o mistério se foi um acidente ou uma ação intencional.

Ainda no contexto da pandemia, surgiu a ideia de utilizar a terapia gênica como forma de enfrentamento ao vírus, e, para tanto, nomearam tal tratamento como vacinação, fazendo com que as pessoas aceitassem tal medida por engano, pois acreditavam que se tratava de algo que para muitos era seguro, como as vacinas tradicionais. Ao mesmo tempo, qualquer um que recusasse ou questionasse a utilização de terapia gênica como forma de prevenir a doença, seria tratado como ativista antivacina, logo, além de aplicar uma terapia questionável sem o consentimento real dos indivíduos, pois a informação era distorcida, fizeram daqueles que alertavam para o perigo e a mentira negacionistas e os empurraram para um grupo ao qual não pertenciam, atacando os verdadeiros ativistas antivacina como se fossem responsável por cooptar e induzir os que duvidavam a atacar um tratamento confiável, quando tudo era parte de uma narrativa engenhosamente colocada em prática por autoridades, meios de comunicação e acadêmicos.

Na prática, imputaram aos antivacina a falsa pecha de cooptar os que se opunham à terapia gênica, ao passo que acusavam todo aquele que questionava tal medida como se fosse opositor às vacinas tradicionais e engaram os que não tinham consciência de estarem sendo inoculados com algo diverso do que acreditavam ser uma simples vacinação. Por fim, lutaram para esconder os efeitos colaterais da terapia gênica, acusando de negacionista até mesmo os enlutados, como foi o caso de Arlene Graf, que

Leandro Costa

precisou lutar por conta própria para provar que seu filho, Bruno Graf, à época, com vinte e oito anos, morrera devido aos efeitos colaterais da terapia gênica falsamente batizada como vacina, produzida pelo laboratório AstraZeneca.

A imprensa tradicional ainda não tratou o caso de Bruno Graf e outros tantos com a seriedade devida, mantendo na obscuridade os males causados pela terapia gênica, de maneira que, se o indivíduo se restringe à mídia mainstream como único meio de informação, fatalmente ainda acredita que não há efeitos colaterais e que a “vacinação” é segura. Não houve uma campanha para expor os riscos na mídia convencional e, apesar de muitos países já terem admitido que a terapia gênica foi uma medida, no mínimo, temerária, no Brasil, tanto o poder público quanto a imprensa restam calados.

A proatividade com que o autointitulado consórcio de mídia criado para informar durante a pandemia, que na verdade se mostrou um verdadeira cartel de mídia criado para desinformar e manipular as massa durante a pandemia, atuou, sendo na instauração do pânico generalizado, na instigação à subserviência irracional e na perseguição dos que questionavam as práticas arbitrárias durante aquele período, talvez seja o que os mantém calados, pois se recusam a admitir que estavam errados, ou ainda pior, não pretendem que descubram sua consciente participação na trama diabólica.

Quando a internet propiciou que outros pudessem transmitir suas opiniões a informação tornou-se descentralizada e os argumentos, antes escondidos pela mídia mainstream, surgiram e começaram a desmontar suas narrativas. Era como se o detetive pudesse olhar ao redor e percebesse que Keyser Soze mentia desde o início.

A mídia mainstream não teve alternativa e decidiu que era preciso calar as outras vozes, pois o preço de ser confrontada ser admitir que manipula através da desinformação, por isso, autoridades e seus parceiros que controlavam a informação criaram três linhas de enfrentamento.

A primeira linha era desacreditar qualquer um que pudesse apresentar argumentos e provas que pudessem pôr em risco a narrativa oficial, o que foi feito na pandemia quando trataram todos como negacionistas. Também foi a metodologia usada nas chamadas agência de checagem, que se provaram instrumentos de manipulação com clara inclinação ideológica.

A segunda linha era envernizar a sua narrativa com ar de cientificismo, chamando indivíduos de renome ou títulos, ainda que fossem farsantes, como doutores que se graduaram por alinhamento e submissão e famosos que usavam de uma confiança adquirida em razão de personagens que interpretaram na dramaturgia, angariando a simpatia do público menos lúcido, para convencer através da empatia.

Por último, restou a última linha, utilizar de medidas coercitivas proporcionadas pelo mecanismo estatal para reprimir através de multas, censura e ameaças à liberdade todo aquele que não se adequasse a narrativa pretendida. As narrativas que interessavam ao poder, quase sempre há um acordo entre

Leandro Costa

autoridades e mídia, que passaram a ser imposta como se fossem premissas incontestáveis e qualquer um que ousasse questioná-las, seria alvo de sanções como se criminosos fosse, ainda que, para tanto, fosse necessário [inventar crimes de opinião](#) ou condenar a fase cognitiva do iter criminis.

Não bastando o fato de desinformar, a imprensa mainstream faz questão de dificultar que suas mentiras sejam expostas e não tende a retratação, mantendo, em regra a mentira circulando de forma geral. Um exemplo gritante foi o chamado caso das joias, amplamente explorado pela imprensa, mas que, ao se revelar um engodo, não teve sua verdade exposta com igual fervor, deixando aqueles que não mergulham mais fundo em busca de mais informações acreditando que o ex-presidente se apropriou indevidamente de patrimônio público.

Há inúmeros casos em que a narrativa se adequa às pautas progressistas, linha ideológica que a maior parte da imprensa decidiu aderir, sendo que poucos confessam tal inclinação, fingindo preferir a neutralidade. No caso da falsa acusação de estupro que resultou na absolvição de um jovem por não se comprovar que ele teria reduzido a capacidade cognitiva da suposta vítima, enquanto um grupo irresponsável com viés progressista aventou a tese de “estupro culposos” com base em um corte da sentença, o restante não deu grande importância e não houve uma comoção em razão da injustiça, apenas para manter as pautas feministas avançando.

[Narrativas usadas contra Israel](#) que revidava após o ataque abjeto do grupo terrorista Hamas também ganharam o mundo e foram desmontadas em razão da informação descentralizada, bem como, os ataques irracionais contra Donald Trump e outros casos que, graças ao contraponto de comunicadores independentes ou de viés conservador.

Ainda há muito o quê descortinar no teatro das narrativas dos revolucionários, entretanto, no campo da informação, a contraposição aos antigos detentores do monopólio da informação está avançando e, apesar dos esforços de tiranos, que também seguem sendo expostos, por mais que seu parceiros não o façam, [sofrendo sanções](#) e se perdendo em mentiras para se manterem no poder, não haverá a volta do monopólio, posto que, boa parte dos indivíduos já experimentaram a liberdade de informação e lutarão para levar a verdade aos que ainda dormem.

A mídia mainstream ainda tem um trunfo, o entretenimento, que, por mais que alguns não valorizem, é capaz de criar um elo entre a obra e o seu admirador, como aqueles que realmente se inspiram em heróis da ficção como fonte de ensinamento e exemplos, motivando-os e dando momentos de alegria.

Capturar a cultura como se um campo de batalha fosse é indispensável à guerra, haja vista que, a influência da dramaturgia é inegável e, por isso, cada vez mais, os líderes progressistas, através da agenda “woke” corrompem personagens que são caros ou criam narrativas que se prestam ao fomento de suas

Leandro Costa

pautas. Não seria errado promover suas crenças através da cultura, não fosse pela flagrante distorção de obras consagradas ou pelo discurso que impede a crítica, apontando que aquele que não gosta ou enxerga como nocivo, é um agressor, algo falso.

Não foi por acaso que diversas produções tentaram macular as imagens de Donald Trump ou Jair Bolsonaro utilizando do entretenimento, pois sabiam que na realidade as narrativas seriam desmontadas, tendo a maior emissora de televisão se rebaixado e, uma de suas novelas que parecem que nunca passaram de meros instrumentos político-ideológico, inserindo uma cena de discurso panfletária no capítulo final. Filmes e séries também estão sendo criados ou reeditados para passarem a mensagem cada vez mais direta e sem refino.

As notícias e a dramaturgia, há tempos, são usadas com o único fim de convencimento dos indivíduos, todavia, a falta de sutileza sugere que as redações de jornais e de peças de ficção se tornaram incompetentes para formular uma narrativa capaz de enganar, incapazes de confrontar a informação descentralizada ou, em um cenário ainda mais grave, estariam direcionando suas mensagens a indivíduos tão desprovidos de capacidade cognitiva que sequer respeitam tais destinatários.

Parece que comunicadores, das mais diversas áreas, se consideram tão superiores e seus seguidores tão limitados que não se dão ao trabalho de tentar convencê-los, atirando qualquer coisa nas telas e folhas por acreditarem que boa parte seguirá suas narrativas como os cegos desesperados durante a pandemia, portanto, ousam, cada vez mais, debochar do intelecto de espectadores e leitores como se estivessem convencendo seus zumbis cativos a seguirem o som do berrante.

Decisões judiciais que não precisam ser explicadas, leis que não convencem o povo e a máxima de que os cidadãos são incapazes de decidirem por eles mesmo, em que pese insistam em chamar de democracia, ao passo que proibem o povo, a quem apelidaram carinhosamente de pequenos tiranos, de questionarem ou criticarem instituições e procedimentos por elas adotados.

Não há como negar diante de tantos absurdos que autoridades e a mídia perderam totalmente o respeito por seus adoráveis imbecis que, sabe-se lá o motivo, ainda insistem em segui-los.

Leia: [Rastros de sangue](#)



Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós



“Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós!” — esse verso, eternizado no samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense, não é apenas uma celebração histórica. É um clamor por justiça, dignidade e respeito. A liberdade que cantamos é aquela que protege, que acolhe, que garante o direito de viver sem medo. Mas essa liberdade só se sustenta quando é vivida com responsabilidade.

A liberdade é essencial, mas não absoluta. Ela precisa ser exercida com respeito aos direitos dos outros. Quando alguém usa sua liberdade para ferir, humilhar ou explorar, especialmente os mais vulneráveis, essa liberdade se transforma em abuso. É por isso que o princípio “a liberdade de um termina onde começa a do outro” é tão importante para a convivência democrática.

Um Alerta Urgente

O influenciador Felca escancarou uma realidade revoltante: crianças sendo exploradas por seus próprios pais nas redes sociais. Adultos que deveriam proteger estão, na verdade, lucrando com a exposição dos filhos — tirando deles a inocência, a privacidade e a liberdade de viver a infância longe dos holofotes. É inadmissível que quem deveria estar defendendo esteja vendendo.

A repercussão do caso gerou projetos de lei como o PL 561/2025, conhecido como “Lei Felca”, que busca restringir a exposição de menores online. A intenção é válida, mas há um ponto ainda mais

Juliette Oliveira

urgente que precisa ser dito com todas as letras: filho é responsabilidade. E quem tem filho não pode terceirizar essa responsabilidade para o Estado, para a escola, para a internet ou para likes.

Mais do que criar leis para regular redes sociais, o que precisamos é de pais presentes, equilibrados e conscientes. Criança não é conteúdo. Criança não é moeda de engajamento. Criança é vida em formação — e merece ser protegida com afeto, limites e atenção.

A ausência de responsabilidade parental não pode ser compensada por censura estatal. O problema não está apenas nas plataformas, mas na cultura de exposição desenfreada e na falta de discernimento de quem deveria ser o primeiro guardião da infância.

A indignação causada pelo caso Felca é legítima. Mas precisamos ter cautela para que essa comoção não seja usada como pretexto para criar leis de censura. Projetos mal formulados podem sufocar a liberdade de expressão, punir injustamente criadores de conteúdo e permitir perseguições ideológicas.

Regular redes sociais pode parecer uma solução rápida, mas não resolve o problema na raiz. O que resolve é educação, presença e responsabilidade familiar.

O Risco da Tirania

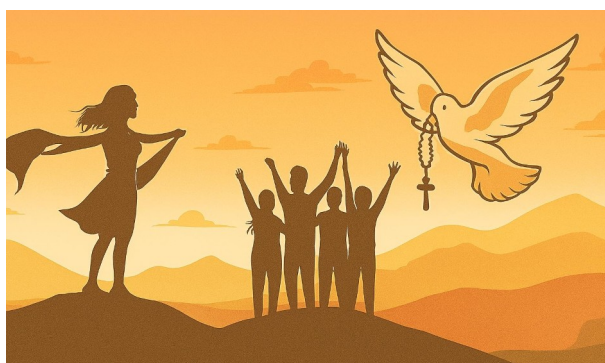
A tirania pode surgir tanto do excesso de liberdade quanto do excesso de controle. Quando o Estado ou plataformas decidem o que pode ou não ser dito, sem diálogo ou critérios claros, a democracia corre risco. Da mesma forma, quando indivíduos usam sua liberdade para agredir ou manipular, o resultado é igualmente destrutivo.

Caminhos para o Equilíbrio:

- Educação digital nas escolas e famílias
- Pais mais presentes e conscientes
- Leis bem formuladas e debatidas, sem censura
- Participação cidadã ativa

A liberdade é um direito precioso — e frágil. Proteger nossas crianças é urgente, mas não podemos permitir que o medo ou a indignação sejam usados como ferramentas para silenciar vozes. Como canta o samba: “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós” — mas que essas asas voem com consciência, respeito e equilíbrio.

Leia: [Liberdade Objetiva e Subjetiva](#)



Nos deram espelhos e vimos um mundo doente?



" (...) Não sabeis o que o monstro procura? / Não sabeis a que vem, o que quer? / Vem matar vossos bravos guerreiros / Vem roubar-vos a filha, a mulher! / Vem trazer-vos crueza, impiedade / Dons cruéis do cruel Anhangá / Vem quebrar-vos a maça valente / Profanar Manitôs, Maracás / Vem trazer-vos algemas pesadas / Com que a tribu Tupi vai gemer / Hão-de os velhos servirem de escravos / Mesmo o Piaga inda escravo há de ser? (...)"

O trecho acima é parte do poema "O Canto do Piaga" de Gonçalves Dias, que pertence à primeira geração de autores do romanismo brasileiro, também conhecida como geração indianista ou nacionalista. Esta obra é exemplar daquelas que fortaleceram a imagem do indígena como "nobre selvagem" — puro, harmonioso e intocado — que persiste no imaginário brasileiro, mas esconde uma realidade muito mais rica, profunda e contraditória. Desde o Romantismo do século XIX até o ambientalismo contemporâneo, essa visão idealizada serviu tanto para glorificar quanto para infantilizar os povos indígenas, negando-lhes agência histórica e complexidade moral. Se, por um lado, o discurso romântico os elevou a símbolos de resistência ecológica, por outro, apagou suas lutas internas, suas estratégias políticas e até mesmo suas contradições. Por quê?

O pensamento sequestrado pela idealização de Jean-Jacques Rousseau que afirmou "*o homem nasce bom, a sociedade o corrompe*", apresentou o indígena como um ser em "estado de natureza". Rousseau imaginava que o ser humano em estado natural era bom, e que a civilização o havia corrompido. Essa ideia, apesar de crítica ao colonialismo europeu, criou um estereótipo inverso tão

Mauricio Motta

problemático quanto o do “selvagem bárbaro”: o indígena como criatura inocente, em harmonia com a natureza, alheio às contradições humanas.

Ignorou por exemplo, que as sociedades pré-colombianas eram tão dinâmicas e conflituosas quanto quaisquer outras. Cronistas como Hans Staden e Jean de Léry registraram disputas entre Tupinambás e Tupiniquins, enquanto evidências arqueológicas mostram que grandes aldeias, como as dos Marajoara ou dos Xinguanos, tinham hierarquias, comércio e até fortificações. A noção de que viviam em "harmonia primitiva" é um reducionismo que nega sua capacidade de organização — e de guerra. O canibalismo ritual, por exemplo, longe de ser um ato de "barbárie", era um mecanismo de justiça e incorporação espiritual. Inimigos capturados eram devorados não por crueldade, mas porque, na cosmologia Tupi, assim se absorvia sua força, sua bravura. Da mesma forma, o infanticídio em algumas etnias — como entre os Yanomami ou Zuruahá — respondia a condições extremas de sobrevivência, não necessariamente a um "instinto selvagem". Essas práticas, embora chocantes para a moral ocidental, seguiam códigos éticos internos, mostrando que a noção de "civilização" é relativa.

A chegada dos europeus não reduziu os indígenas a vítimas passivas. Pelo contrário, muitos grupos souberam negociar, travar alianças estratégicas e até manipular as rivalidades entre colonizadores. Os Potiguaras, por exemplo, aliados aos franceses no século XVI, traficavam escravos indígenas para os europeus em troca de armas. Já os Guaianás, no interior de São Paulo, atuaram como guias de bandeirantes em troca de proteção — uma relação de conveniência mútua que desafia a narrativa maniqueísta de "opressores versus oprimidos". A Confederação dos Tamoios (1554-1567) foi um dos primeiros movimentos de resistência organizada, reunindo etnias contra os portugueses. Séculos depois, líderes como Ajuricaba (1728), dos Manaus, organizaram revoltas armadas, mostrando que a resistência indígena não se limitou à fuga ou à submissão, mas incluiu estratégias militares sofisticadas.

Aliás, em momento oportuno, em alguma edição futura, trataremos da questão dos bandeirantes, um capítulo à parte no que diz respeito à manipulação histórica e o anacronismo.

Hoje, a romantização persiste. O indigenismo romântico insiste em retratar os indígenas como "guardiões da floresta", desprovidos de interesses materiais ou conflitos internos. Vítimas de grileiros, garimpeiros, fazendeiros ou qualquer outro grupo de interesse econômico. Essa visão ignora que muitas lideranças negociam diretamente com madeireiras e garimpeiros, às vezes em benefício próprio, outras vezes por necessidade real. Esta visão falha em reconhecer que os povos indígenas são tão diversos e complexos quanto qualquer sociedade dita civilizada. Há comunidades que rejeitam o contato com o mundo moderno, como os Korubo, e outras que adotam tecnologias e demandas capitalistas, como os Kayapó, que comercializam castanhas e artesanato em larga escala. Algumas etnias mantêm tradições seculares, enquanto outras enfrentam divisões internas entre jovens urbanizados e anciãos tradicionalistas.

Mauricio Motta

A verdadeira defesa dos direitos indígenas não deveria repousar sobre histórias romantizadas, mas sobre o reconhecimento de sua autonomia — inclusive para cometer erros, negociar interesses e enfrentar dilemas éticos. Isso significa transparência nas políticas públicas, cobrando responsabilidade de organizações indígenas e do Estado em projetos de desenvolvimento. Significa também combater a exploração interna e externa, fiscalizando tanto garimpeiros invasores quanto líderes indígenas que negociam terras ilegalmente. E, acima de tudo, significa respeitar a diversidade de escolhas: alguns grupos querem isolamento, outros buscam integração econômica. Nenhuma das opções deve ser criminalizada ou idealizada.

Parafraseando o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, o indígena não é um anjo nem um demônio: é um ser humano, com todas as contradições que isso implica.

Não poderíamos concluir este artigo sem tratar de seu título: a pergunta feita sobre um verso da música "Índios" da banda Legião Urbana. A música é muitas vezes lida como uma homenagem sensível aos povos indígenas. Como pudemos perceber ao longo deste artigo, a ideia do “bom selvagem”, formulada por Rousseau é cantada por Renato Russo. Ainda que a música "Índios" não trate apenas dos indígenas, se apropria do ideal construído ao longo do tempo para refletir de forma poética, profunda e crítica sobre desilusão, perda da inocência, contradições humanas e o fracasso das expectativas idealizadas — tanto em relações interpessoais quanto sociais.

Respondendo à pergunta feita logo no título deste artigo, não vimos um mundo doente porque nos deram espelhos. A doença moral é humana e não conhece etnias, nacionalidades ou tecnologias. Tanto a obra de Gonçalves Dias, quanto a bela canção de Renato Russo, apresentam uma construção claramente influenciada por um conceito tão poderoso quanto equivocado, proposto por Rousseau. E este conceito é um instrumento útil e poderoso nas mãos daqueles que, sinalizando virtudes, controlam, manipulam e destroem tudo que estiver em seu caminho, rumo ao poder e à riqueza.

Leia: [JUSTIÇA OU VINGANÇA?](#)



O problema não é a polarização



Estava eu navegando na internet em busca de uma pauta. Afinal, além de ter o privilégio de escrever para a [Revista Conhecimento e Cidadania](#), trabalho em um portal de notícias. Em minha procura, encontrei um artigo da Gazeta do Povo, cujo título é “[Brasil precisa parar de adorar entes políticos como Lula e Bolsonaro](#)”.

Eu detesto este tipo de comparação esdrúxula. Primeiro que, quem admira Bolsonaro o faz justamente por ele ser o oposto do que temos visto desde o fim do regime militar: alguém que, de fato, almeja o bem do país e o faz sem politicagem.

Segundo, me espantou a publicação deste material em um jornal deveras renomado como a Gazeta do Povo. Estou até o presente momento atônita com o ocorrido.

Contudo, em vez de criticar o conteúdo gratuitamente, prefiro analisar o texto nas linhas a seguir. Começamos pelo seguinte trecho:

“Sempre que me perguntam sobre direita e esquerda, aponto o caminho para a frente...”

Esse tipo de análise rasa não me convence. No fundo, é uma tentativa de desviar-se de um posicionamento claro sobre suas convicções políticas. Um termo popular que define este tipo de pessoa é “*isentão*”.

Danielly Jesus

Qual o problema em se posicionar? O problema consiste em ter que se explicar, e quando a pessoa não possui argumentos suficientes para tal, a tendência é de que seja “engolida” pelo seu opositor. Assumir uma postura não é para qualquer um, na realidade.

O texto segue:

“Em um país com características naturais tão singulares quanto o Brasil, o maior desastre natural orbita, literalmente, entre direita e esquerda na política”

Não, este não é o maior desastre. O que assola o país – e o mundo – é a questão moral. E neste espectro é a esquerda que deixa a desejar.

Exemplos que justificam isso não faltam: a ala progressista da força defende aborto, desencarceramento em massa, o fim da polícia militar, leis feministas que amordaçam os homens, entre outras pautas que decerto o leitor se recordou neste momento.

E o artigo segue:

“Clãs como os de Bolsonaro e Lula corroem toda a riqueza que poderíamos estar gerando para a população, pois, politicamente, atrapalham todos os que querem viver o melhor que o Brasil pode oferecer com base no próprio trabalho e esforço”

Confesso que minha primeira reação ao ler este trecho foi: *“Hã? É sério que um CEO, formado na Escola Superior de Propaganda e Marketing, com curso de extensão pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, teve a audácia – para não dizer, a desonestidade – de escrever tamanho absurdo?”*

A menos que este senhor tenha transferido sua residência para a lua ou adentrado em um buraco negro, é praticamente impossível que um empresário brasileiro não saiba das notícias econômicas do seu país. É de conhecimento público que Fernando Haddad aumenta e cria impostos com maior velocidade do que um chute de esquerda de Roberto Carlos; que Lula e sua turma de “papagaios de pirata” extinguem as reservas de dinheiro público mais rápido do que o fogo que devastou a Califórnia e destruiu as casas das celebridades; que não houve sequer um único ser punido pela fraude do INSS e que os mesmos envolvidos estão sendo blindados pelo Judiciário.

Para que não fique somente nas minhas palavras, provarei o que estou dizendo com as seguintes manchetes:

“Gastos fora da meta fiscal ultrapassam R\$ 300 bilhões em governo Lula 3” (CNN Money, 14/06/2025)

“Gastos do governo Lula com viagens oficiais superam os 4 anos de Bolsonaro” (Coluna Radar, Veja, 07/05/2025)

“Governo gasta, em média, R\$ 5 milhões bancando viagens” (Canal Claudio Humberto, YouTube, 21/10/2025)

Danielly Jesus

“Governo Lula gasta R\$ 8,4 mi em 30 dias com anúncios nas redes e eleva gastos em 360%”
(InfoMoney, 05/10/2025)

“Brasil terá rombo fiscal mesmo com recorde de impostos em 2025” (Poder 360, 19/10/2025)

Jair Bolsonaro, doutra sorte, enquanto esteve ocupando a cadeira da Presidência da República, fez com que um único verbo fosse conjugado: economizar. Mas não cabia somente a Paulo Guedes, ministro da Economia, a responsabilidade de *“enxugar a máquina pública”*. Jair Bolsonaro aplicava o mesmo verbo em sua própria casa.

Em entrevista para o jornalista Felipeh Campos no dia 8 de fevereiro de 2025, o empresário – e amigo da família Bolsonaro – Agustin Fernandez, relatou como era a rotina no Palácio da Alvorada:

“Bolsonaro é tão simples, tão simples, tão simples, que a comida era feita por militares e todo dia era a mesma comida: arroz, estrogonofe, bife de frango ou de carne e aquela salada que é alface, cebola e tomate. Naquela época, os lençóis eram da época do (José) Sarney. O colchão era muito desconfortável, o ar-condicionado era aquela caixa antiga que fazia um barulho... Então, o glamour que as pessoas viam de fora não era o que eu vivia lá dentro”.

Agustin ainda relatou um episódio inusitado em relação a Jair Bolsonaro:

“Eu amo tomar banho longo, e o Bolsonaro falava assim ‘Para de ser vagabundo, isso aqui é dinheiro do pagador de imposto, não pode ficar o dia inteiro tomando banho!’ Eu me sentia mal. Mas quando eu comecei a ver os gastos da atual primeira-dama, vejo que, na época, era economia para o pagador de imposto”.

Inclusive, foi o verbo *“economizar”* que possibilitou que o outro verbo, o *“auxiliar”*, fosse utilizado na pandemia. Se Paulo Guedes não tivesse trabalhado, o Brasil teria sucumbido. Graças a Deus e ao trabalho de um ministro capacitado – e não de um zé que colou do coleguinha no mestrado de Economia – o Brasil foi o que melhor se saiu economicamente no pior período da história mundial recente.

Sigamos com a análise:

“O Brasil tem tudo para ser um país bom de morar e empreender, porém desenvolveu uma vocação para o assistencialismo e a adoração de entes políticos como Lula e Bolsonaro.”

Concordo com esta citação até a palavra *“adoração”*. De fato, o Brasil é uma nação próspera, mas o povo brasileiro desenvolveu vocação para o assistencialismo. Contudo, é importante explicarmos isso.

Até os anos 90, as regiões Norte e Nordeste não eram tão desenvolvidas como hoje. Muitos moravam em casas de pau-a-pique (desenvolvidas com bambu entrelaçado e seladas com barro), a seca castigava o sertanejo, muitos sequer possuíam um par de chinelos.

Danielly Jesus

Neste contexto, nasce o “*voto de cabresto*”, onde políticos “*pagavam*” eleitores em troca de voto. O “*pagamento*” era em forma de cesta básica, água, tijolos ou até dinheiro vivo. Enquanto os candidatos subornavam o cidadão, realizavam inúmeras promessas de campanha que nunca eram cumpridas.

A título de exemplo: as promessas para a transposição do Rio São Francisco remontam ao século XIX, com o primeiro projeto sendo proposto em 1847 no Reinado de Dom Pedro II. Desde então, diversos presidentes anunciaram a obra.

Atualmente, o voto de cabresto é conquistado via assistencialismo, por meio de Bolsa Família e diversos auxílios. Note bem: não sou contra esses auxílios, contudo, devem ser entregues àqueles que estão em situação de vulnerabilidade extrema. Porém, vemos que pessoas que estão aptas para trabalhar simplesmente não o querem, porque é mais cômodo esperar que o “*pai Estado*” seja o provedor do sustento.

Dados recentes divulgados pelo portal Poder 360 mostram dados alarmantes: dez estados brasileiros – todos das regiões Norte e Nordeste – possuem mais beneficiários do Bolsa Família do que trabalhadores com carteira assinada. O campeão é o Maranhão, com 521,6 mil pessoas a mais recebendo auxílio do que empregados.

Sobre o restante da frase:

“E isso impede que as coisas aconteçam e prosperem por aqui”

Polarização política é algo novo no Brasil, portanto, não é a responsável pelo caos instalado. A questão é, acima de tudo, moral. O mal de todo liberal é pensar que, resolvendo a questão econômica o resto fluirá, o que não é nem de longe verdade.

Vamos a um exemplo: uma matéria da CNN Brasil, publicada em 24/09/2024, denunciou: “*Beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bi com ‘bets’ em agosto*”. A ajuda que seria, em tese, para possibilitar a aquisição do alimento, estava sendo utilizada para apostar. Este é um problema moral extremamente grave, que não se resolve sequer aplicando as teorias da Escola de Chicago.

Para finalizar:

“É mais do que hora de desconstruirmos o status quo da política e do judiciário, como sociedade civil organizada e darmos um basta nisso tudo”

Vote 12345! (Não parece um jargão eleitoral?)

Sinceramente, eu esperava mais de um CEO. Alexandre Schwartzman tem mais conteúdo para oferecer.

Bom, não sou CEO de nada. Porém, apresento iniciativas que podem melhorar – um pouco – o país.

Danielly Jesus

1) Diminuição ou aniquilação de impostos. O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo. Economicamente falando, é inviável prosperar desta forma.

2) Diminuição ou aniquilação de cargos públicos (comissionados, apadrinhados, indicados, etc)

Isso ajudaria e muito a economia brasileira a respirar melhor.

3) PPP – Parceria Público-Privada. Medida importante para fomentar turismo, tecnologia, indústria e outros setores.

4) Rastreamento dos auxílios e limite de uso. Isso faria com que vulneráveis não perdessem o auxílio e inibiria os aproveitadores.

5) Fim de Brasília (polêmica essa). Tudo seria feito de maneira remota e cada parlamentar ficaria em seu estado. A medida traria uma economia absurda e faria com que certos deputados não fugissem da realidade da localidade que os elegeu. Estes seriam melhor cobrados pela população a resolver as demandas.

Diante do exposto, quando um CEO fala que o maior problema do Brasil é "*polarização*", penso com meus botões se este não é um analfabeto funcional, filho de Paulo Freire.

Leia: [A atuação da imprensa no contexto político atual](#)



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoecidadania.com



[Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania](#)



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@revistaconhecimentocidadania](#)



[@RevConhecimento](#)



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



[@RevistaConhecimentoCidadania](#)



[Revista Conhecimento & Cidadania](#)

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania



